

# PERCEPÇÕES SOBRE IMPACTOS AMBIENTAIS NUMA POPULAÇÃO COM ORIGEM FAMILIAR RURAL E/OU URBANA: UM ESTUDO COM ACADÊMICOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PORTO ALEGRE/RS

*PERCEPTIONS ON ENVIRONMENTAL IMPACTS IN A POPULATION WITH RURAL AND / OR URBAN FAMILY ORIGIN: A STUDY WITH ACADEMICS OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION OF PORTO ALEGRE / RS*

**ANDRÉIA CASTIGLIA FERNANDES**

Doutora em Ciências da Educação. E-mail: [andreia@looz.com.br](mailto:andreia@looz.com.br)

**EDSON ROBERTO OAIGEN**

Doutor em Ciências da Educação. E-mail: [oaigen.er@gmail.com](mailto:oaigen.er@gmail.com)

**ALEXANDRE ALVES FERNANDES**

Mestre em Ciências da Educação. E-mail: [alexandre@ragial.com.br](mailto:alexandre@ragial.com.br)

**ELISIANE ALVES FERNANDES**

Mestre em Ciências da Educação. E-mail: [elisiane543@gmail.com](mailto:elisiane543@gmail.com)

---

Endereço: Edifício LA MERCED, Av Gral Máximo Santos 541, Asunción, Paraguai

---

**Resumo:** As contradições sobre crescimento econômico e desenvolvimento sustentável estão em pauta em todo o planeta e, também, no Brasil que principia seu potencial econômico modificando sua estratificação social, como uma de suas primeiras medidas. Tem este artigo o problema de pesquisa questionado sobre como o conhecimento e importância das percepções destes acadêmicos de diferentes estratos sociais influem nas percepções sobre Impactos Ambientais. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi de interpretar o conhecimento e a importância das percepções dos acadêmicos de diferentes estratos sociais em relação a necessidade de ruptura de paradigmas ambientais diante dos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A metodologia caracterizou-se pela natureza qualitativa, evidenciada por utilizar o Método Hermenêutico aliado as Técnicas de Análise de Conteúdos e Nuvem de Palavras. As respostas permitem destacar que prevalecem as questões que impactam o ambiente, como decorrentes de ações antrópicas, bem como nota-se que os impactos ambientais se constituem na principal causa da degradação ambiental. Ao mesmo tempo, destaca-se também a ausência de informações efetivas ao homem da zona rural, como meio de colaborar mais com o uso adequado da natureza.

**Palavras-chave:** Educação. Desenvolvimento Sustentável. Impactos Ambientais, População de Zonas Urbana e Rural.

**Abstract:** *The contradictions on economic growth and sustainable development are on the agenda all over the planet and also in Brazil, which begins its economic potential by modifying its social stratification, as one of its first measures. Having the question of research questioned about how the knowledge and importance of the perceptions of these academics from different social strata influence perceptions about Environmental Impacts. In this way, the objective of the research was to interpret the knowledge and the importance of the perceptions of academics from different social strata in relation to the need to break environmental paradigms before the principles of Education for Sustainable Development. The methodology was characterized by the qualitative nature, evidenced by using the Hermeneutical Method allied to the Techniques of Content Analysis and Word Cloud. The answers allow to emphasize that the issues that impact the environment prevail, with derivatives of anthropic actions, as well as note that environmental impacts are the main cause of environmental degradation. At the same time, the lack of effective information for rural men is also highlighted, as a means of collaborating more with the proper use of nature.*

**Keywords:** *Organizational management. Strategic alignment. Corporate risk management.*

## 1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças no cenário corporativo cada vez mais competitivo, demandam a estruturação de um ambiente adequado de controle, capaz de fornecer ao gestor informações úteis e oportunas para suportar o seu processo decisório. A busca pela maximização da capacidade produtiva, minimização de perdas, racionalização dos processos de trabalho e pela qualidade total em processos e serviços demanda esforço de todos na organização para o alcance de objetivos comuns.

O paradigma vigente trata das mudanças que impactaram positivamente na capacidade de produção industrial, gerando um crescimento econômico nunca vivido pela sociedade que, aliado as descobertas em todos os campos da ciência, evidenciaram desequilíbrios ambientais jamais vistos.

Cabe observar sobretudo que este crescimento econômico é desordenado e segundo Fernandes (2016, p.19) “constatam uma profunda exploração que excede todos os limites de renovação natural”. Em contraponto, destaca-se Souza (2010), que orienta que o consumo pode ser sustentável sem a necessidade de coibi-lo, bastando as empresas exercerem um papel educacional de forma que os estímulos acerca do consumo compatibilizem os princípios do desenvolvimento sustentável.

É inegável que a racionalidade econômica deve ser chamada a este debate e para isso Portilho (2010), explorando as esferas privada e pública do cidadão brasileiro, esclarece que houve uma equivocada troca de papéis entre o cidadão e o consumidor, sendo que a este último foi prometido acesso e direito à cidadania justo pela valorização excessiva ao consumo. Segundo a autora, quando isto ocorre, configura-se o processo de despolitização, onde, de maneira óbvia, emerge o consumidor em detrimento do cidadão.

Corroboram com estas posições Baquero e Cremonese (2015) quando observam que a sustentabilidade é uma opção ética que se opõem à globalização e, portanto, a definem os autores como um antipoder, enquanto a educação para o desenvolvimento sustentável seria uma liberdade com potência coletiva que poderia transformar.

Já para Leff (2002, 2012), a urgência é realmente de transformação e de uma nova relação homem e natureza. A partir do paradigma da complexidade, o autor apresenta a problemática ambiental através de uma estratégia epistemológica que dialogue com conceitos contraditórios e ressignifique o que é ambiental.

É preciso criar uma teoria que seja adequada às problemáticas sociais e que busque uma nova ordem social. O sujeito transformado altera o paradigma da ciência e somente assim ter-se-á uma transformação da sociedade, visto que “a crise ambiental é acima de tudo um problema de conhecimento” (LEFF, 2002, p.191). A racionalidade vigente precisa ser quebrada a partir de um trabalho na cultura e na identidade destas sociedades, passando sobretudo pelo pensamento ambiental “para abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo” (LEFF, 2002, p.191).

Para pensar em sociedade é preciso citar Boaventura de Souza Santos que estuda e discute o mundo latino não através das teorias existentes e, sim, incitando a prática para então aprender e teorizar sobre novas experiências. Para o autor é necessário entender os movimentos sociais emergentes para se compreender novas lógicas (SANTOS, 2012).

Mesmo sabendo que a complexidade ambiental necessita de uma pedagogia ambiental para efetivamente acontecer, também é inequívoco pensar que ela deve refletir alguma consciência e que venha imbuída de valores próprios de cada cidadão (LEFF, 2002).

As questões que norteiam este estudo perpassam por estas reflexões: sendo o cidadão hoje, existente em maior número, urbano e, sabendo que a conexão homem-natureza foi rompida ao longo da existência, seria este um fator importante para se tentar ressignificar o ambiente? Existe uma maior consciência deste homem de origem rural para impulsionar através de seus valores uma reconexão na sociedade? Ou pelo menos no seu entorno?

Neste contexto, tocados por estas profundas reflexões, emerge o problema de pesquisa deste estudo: poderiam ser diferentes os conhecimentos das pessoas que têm sua origem familiar oriunda do meio rural ou do meio urbano sobre os princípios da EDS?

## 2 BASE TEÓRICA

Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e formulou o documento Nosso Futuro Comum que identificou políticas negativas para as causas ambientais e concluiu que o desenvolvimento sustentável é social e político e que proteção ambiental é parte deste desenvolvimento. Nesse relatório é que se encontra a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Emerge, logo após, o programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável que “deve compartilhar as características de qualquer experiência de aprendizagem de qualidade, com os critérios adicionais de que o processo de aprendizagem/ensino deve servir de modelo para os valores do próprio desenvolvimento sustentável.” (UNESCO, 2005, p.46).

Este programa de EDS engloba a Educação Ambiental ampliando-a para fatores socioculturais e sociopolíticos, envolvendo transformações sociais e não deve conter-se em ser ensinada como disciplina isolada devendo, sim, ser interdisciplinar e holística, além de “fornecer uma compreensão científica do que seja sustentabilidade, junto com a compreensão de valores, princípios e estilos de vida que conduzirão ao processo de transição para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005, p.47).

Para uma parte da sociedade que qualifica o consumo através do cuidado com o ambiente estudada por Souza (2010) e chamados por ele de meta consumidores: “O conceito chave é de que cada um pode mudar o mundo através de escolhas conscientes e inteligentes que reflitam seus próprios valores e necessidades.” (SOUZA, 2010, p. 211).

Está imbricado aqui o conceito de saber reintegrador que fala Leff (2012), quando expõe a necessidade de novos valores éticos que equalizem a condição da natureza sobre tudo, que remeta ao engajamento com a vida selando um novo contrato solidário dos homens perante ela.

Sustentabilidade ambiental envolve simultaneamente enfrentar que problemas ambientais devem ser solucionados através da dinâmica social. Considerando a riqueza e a pobreza e que as questões sociais e ambientais são indissociáveis e que deve assumir posturas em ações educativas que consideram o contexto socioeconômico em conexão com as questões ambientais, incluindo atores sociais em situação de risco, exclusão social e articulação de forças sociais para um mundo melhor (LOUREIRO; LAYARGUES; CASTRO, 2009).

Fica claro que a forma de vida é condição desta mudança e para articular este estudo será necessário definir os conceitos de origem familiar relativos ao rural e urbano como propõe o problema levantado.

As composições sociais que designam o rural e o urbano são hoje muito mais dinâmicas que em outros tempos. Segundo Biazzo (2008), o Ocidente se configurou como estrutura de pensamento que exige as dualidades conceituais – tradicional e moderno, natureza e sociedade, rural e urbano – que acabam por serem demasiado genéricas, sem criticidade, despistando mais do que esclarecendo.

Toma-se então, para embasamento deste trabalho, o conceito de *continuum* rural-urbano de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930) que relativizaram o antagonismo dos termos por “um gradiente de variações espaciais, de uma situação típica – ‘o rural’ – a outra ‘o urbano’” (BIAZZO, 2008, p.135).

Importante para esta reflexão é compreender que não mais rural seja sinônimo de estagnação, discutindo o conceito trazido por Wanderley (2003) de que rural “é um modo de vida, através do qual indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo a sua volta, [...] um universo que não é isolado mas que carrega especificidades, buscadas através da história, acreditando no rural como formação sócio histórica” (BIAZZO, 2008, p.116).

O autor considera que nas últimas décadas houve uma emergência de categorizar ruralidade exatamente por “uma tentativa de responder ao dilema colocado pela separação homem-natureza. [...] correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que a ele se dirigem” (BIAZZO, 2008, p.141). E destaca sua posição quando demonstra as diferenças fundamentais para uso dos termos, já que sua contribuição é epistemológica:

[...] campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. Propõe-se, aqui, abandonar por completo o vínculo direto entre espaço e “rural”, ou espaço e “urbano”, para que, referidas como ruralidades e urbanidades, tais categorias adquiram conteúdo analítico. (BIAZZO, 2008, p.144)

Para esclarecer sobre urbanidades, Rua (2002) esclarece que contribuem para o pluralismo de propostas, sendo também constituições de uma gama de manifestações como a melhoria da infraestrutura e dos meios de comunicação até novas formas de lazer e aposentadoria.

Complementam Jacinto e Perehouskei (2012, p.186) que “Nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano. Tanto os que se aproximam do urbano, quanto os que se aproximam do rural, tendem a adquirir características específicas de cada espaço”. Afirmam os autores que é essencial entender o rural para além do campo e o urbano para além da cidade, donde se complementam exatamente pelas diferenças, e não devem, portanto, ser resumidos como opostos.

Este artigo busca saber se a origem rural ou urbana dos sujeitos pesquisados interfere nas suas percepções sobre Impactos Ambientais. A partir desta abordagem conceitual organiza-se o presente estudo

que traz acadêmicos de uma faculdade particular do sul do Brasil, como declarantes de famílias que se originam do meio urbano, rural ou rural-urbano, juntamente com suas percepções sobre os princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

A Pegada Ecológica se concentra no desenvolvimento e promoção das métricas para a sustentabilidade, com o intuito de ajudar o homem a perceber o quanto de recursos da Natureza são utilizados para sustentar seu estilo de vida. Não se trata de uma medida exata mas de uma estimativa que confere o quanto viver afeta a capacidade do planeta de renovar e voltar a oferecer seus recursos (WWF BRASIL, 2007).

De acordo com Mucelin e Bellini (2008), impacto ambiental tem referência direta às mudanças no meio ambiente causadas pelo homem sobre o ecossistema e que provocam alterações ambientais. O desenvolvimento tecnológico, o avanço econômico e as culturas das comunidades, principalmente no ambiente urbano, têm agravado ainda mais essas alterações.

Quando o impacto ambiental for causado por um empreendimento, cabe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a análise dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), que observam simultaneamente os aspectos ecológicos e socioeconômicos previsíveis e imprevisíveis de determinado empreendimento ou atividade.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), as dimensões de impactos ambientais gerados pelo homem podem se dar através das atividades energético-mineradoras, das atividades industriais-urbanas e das atividades agrossilvopastoris. Cada uma delas incide em instrumentos e métodos independentes que devem avaliar a atividade de acordo com seu custo-benefício ao homem e ao ambiente como um todo.

## 2.1 IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos costumam incorporar uma série de alterações ambientais, com características distintas. Para efeito legal, conforme a Resolução do CONAMA, nº 001/86:

Art. 1º Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V – a qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos ambientais têm referência direta às mudanças no meio ambiente causadas pelo homem. Portanto, as ações do homem sobre o ecossistema por um período de tempo provocam alterações ambientais, estas chamadas de não naturais. O desenvolvimento tecnológico e as culturas das comunidades, destacada com superioridade no ambiente urbano, têm agravado ainda mais essas alterações (MUCELIN; BELLINI, 2008).

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de pesquisa foi caracterizado quanto ao tipo como qualitativa, já que investigou e conheceu uma realidade social, trazendo, portanto, profundidade no estudo que agrega o cotidiano da amostra e seus conhecimentos, a partir do indicador Impacto Ambiental.

A pesquisa qualitativa permite um intenso contato do pesquisador, incluindo trabalhos de campo, com a situação que está sendo investigada, buscando dados diretamente em seu ambiente de estudo (DENKER, 2001).

Bauer e Gaskell (2002) consideram importante a realização de uma abordagem qualitativa quando uma determinada realidade não seja perceptível estatisticamente e, sobretudo, por aprofundar-se nas relações humanas bem como no significado das ações, sendo correlata com os objetivos desta investigação que necessita de esclarecimentos sobre o conhecimento dos princípios da EDS numa determinada realidade social.

O presente estudo utilizou-se de métodos apropriados às pesquisas qualitativas, sendo, neste caso, evidenciada por utilizar o método Hermenêutico com técnica de Análise de Conteúdo.

A população-alvo escolhida foram acadêmicos de uma IES de Porto Alegre que conta hoje com 1200 alunos, moradores de Porto Alegre, Guaíba, Eldorado do Sul, Canoas, Viamão, Cachoeirinha e Gravataí.

Como perfil da amostra foram investigados 15 grupos de 6 pessoas, onde foram separados por 4 grupos de origem rural, com contato permanente com a zona rural ou urbana/rural e, 11 pequenos grupos de origem urbana.

O grupo considerado de origem rural tem como característica principal de seus integrantes que trazem contato e vivência na zona rural sendo que alguns já moram em zonas urbanas, tendo ainda vínculos rurais. O grupo considerado de origem urbana, nasceram, cresceram e vivem somente em grandes cidades.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados coletados remete ao quadro 1 que contém a síntese das repostas obtidas na aplicação de um instrumento de pesquisa, estruturado com uma questão aberta, aplicado para os dois segmentos da amostra, questionado sobre suas percepções relacionadas aos impactos ambientais.

Quadro 1. Categorias Principais: Amostra oriundas de zonas Rural ou Urbana

<b>A) CP1 impactos ambientais com amostra de origem urbana</b>	<b>B) CP2 impactos ambientais com amostra de origem rural e/ou urbana</b>
CATEGORIAS ESPECÍFICAS CP1	CATEGORIAS ESPECÍFICAS CP2
CE 1.1 Ações antrópicas (8)	CE 2.1 Degradação com os impactos ambientais (6)
CE 1.2 Desmatamento e queimadas (8)	CE 2.2 Ações antrópicas (5)
CE 1.3 Impactos com resíduos (7)	CE 2.3 Uso de produtos químicos (4)
CE 1.4 Poluição gasosa (5)	CE 2.4 Produção de gases (4)
CE 1.5 Efeito estufa (4)	CE 2.5 Falta de contato com o tema (3)
CE 1.6 Efeitos da industrialização (4).	CE 2.6 Ausência de ações do governo (2).

Fonte: Autores

Este questionamento identifica o conhecimento e/ou vivências sobre o tema em questão. O quadro 1 contém a síntese das repostas, por Categoria Principal - CP 1 e CP 2, com suas respectivas Categorias Específicas. Na sequência são realizadas as análises pertinentes.

### 4.1. ANÁLISE DAS DUAS CATEGORIAS PRINCIPAIS

O quadro 1 possibilita uma análise das percepções dos integrantes das duas amostras em relação ao conhecimento sobre impactos ambientais. É evidente que temos categorias específicas nos dois grupos que convergem para percepções idênticas.

Observamos que as ações antrópicas são comuns. No entanto, o uso de produtos químicos aparece na amostra rural, porque lá existe o uso, normalmente nas suas plantações.

Outra categoria presente na amostra urbana refere-se ao desmatamento, o que não é citado na amostra rural. Isto nos induz ao pensamento de que a população rural já está conscientizada da necessidade da preservação ambiental, principalmente no que se refere as florestas, matas e matas ciliares.

Outra categoria que merece atenção é a CE 2.5, que afirma que há falta de contato com o tema. Isto decorre, possivelmente, da falta de diálogo do homem do campo através das instituições de fomento, sindicatos, empresas que fornecem materiais para uso nas plantações e maquinários, sobre o significado e como evitar os impactos ambientais.

A análise considera as percepções de ambos segmentos da amostra. De acordo com Mucelin e Bellini (2008), a amostra foi segura em sua percepção já que percebe a ação do homem e as questões de crescimento e desenvolvimento econômicos fixados ao de impactos ambientais:

Alterações ambientais ocorrem por inumeráveis causas, muitas denominadas naturais e outras oriundas de intervenções antropológicas, consideradas não naturais. É fato que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as culturas das comunidades têm contribuído para que essas alterações no e do ambiente se intensifiquem, especialmente no ambiente urbano. (MUCELIN; BELLINI, 2008, p. 112).

As questões legais que permeiam este indicador observam a relação, nem sempre coerente, entre o desenvolvimento econômico e os limites naturais do planeta.

Sobre impactos ambientais a amostra percebe alguns reflexos importantes da ação do homem como o desmatamento, a poluição que incidem na natureza e no meio ambiente, causando inclusive o aquecimento global. Sabem sobre gases e toxinas emitidas pelas fábricas e destacam a falta de informação, de visão, de noção dos impactos e a falta de amor com as gerações futuras.

A previsão dos efeitos relacionados à degradação e à poluição, provocadas pelos empreendimentos de desenvolvimento econômico, é essencial para a formulação de políticas públicas balizadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável, considerando os limites ambientais de assimilação de resíduos e de degradação, bem como o respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) deveria desempenhar um papel preventivo relevante para a tomada de decisão dos setores públicos acerca de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento. (ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, 2004).

Porém, não somente as questões tecnológicas oriundas das grandes fábricas provocam impactos ambientais, como é para a maioria da sociedade, mais cômodo pensar. “A vivência cotidiana muitas vezes mascara circunstâncias visíveis, mas não perceptíveis. [...] os hábitos cotidianos concorrem para que o morador urbano não reflita sobre as consequências de tais hábitos, mesmo quando possui informações a esse respeito.” (MUCELLIN; BELLINI, 2008, p. 113).

As categorias específicas que tiveram notoriedade foram desmatamento, poluição e meio ambiente. A amostra percebe atividades importantes do homem que causam impactos no ambiente.

Figura 1: Nuvem de Palavras sobre Impactos Ambientais



Fonte: Pesquisa aplicada pelos Autores com uso do software Wordle

Completando a análise, pode-se verificar o resumo dos principais termos da nuvem de palavras da figura 1, no quadro 2:

Quadro 2: Resumo da nuvem de palavras sobre os Impactos Ambientais

RESUMO 740 PALAVRAS = amostra de 90 alunos	
Desmatamento	15
Poluição	14
Meio Ambiente	8
Natureza	8
Gases	8
Impactos	7
Falta	6
Global	5
Aquecimento	4

Fonte: Pesquisa aplicada pelos Autores

Muitas respostas envolveram percepções dentro do conceito trazido pela literatura e cabem destacá-las: alteração no meio ambiente provocada pelo ser humano (antrópicas); resultado das ações humanas; consequências dos atos gerados por processo produtivo ou doméstico e o ser humano é o maior causador dos problemas ambientais.

Nesse tema, muitas indignações podem ser analisadas por intermédio das respostas dadas pela amostra. Algumas delas: culpa de irresponsáveis; tudo pelo fato da ganância da humanidade; a industrialização aumenta seus danos; grandes corporações têm medidas paliativas; as empresas deveriam ter mais consciência e serem educadas quanto aos impactos ambientais; pouca ação do governo; muitos veículos na rua aumentando os gases poluentes.

Conforme Layrargues (2006, p. 1) “porque não se trata apenas de estabelecer uma nova relação entre os humanos e a natureza, mas dos humanos entre si, e destes com a natureza”.

Já Leff (2002, p. 139) corrobora e vai além quando infere que “a emergência do saber ambiental abre uma nova perspectiva à sociologia do conhecimento”, de forma que deve ser construído em novas bases epistemológicas, que rompam os paradigmas estabelecidos e culminará na integração de saberes. Os novos saberes, construídos a partir da complexidade ambiental, traz o novo pensar ambiental.

Nas afirmativas que relacionam cobranças para com as esferas pública e privada por parte da sociedade atual, podem ser compartilhadas de acordo com Portilho (2010) quando afirma que essa é a forma concreta da nova noção de cidadania onde “sujeitos sociais ativos definam o que consideram ser seus direitos [...] de construção democrática e de transformação social” (p.192), de modo que venha a construir novas práticas sociais e políticas concretas.

Para Jacobi (2003, p.198) o novo pensar envolve cidadania plena e “implica a necessidade de romper com o estereótipo de que as responsabilidades urbanas dependem em tudo da ação governamental e os habitantes mantêm-se passivos e aceitam a tutela”. Para ele a educação calcada na formação cidadã:

representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. (JACOBI, 2003, p.199).

Dentre estes saberes, destaca-se o ensinar a condição humana e ensinar a identidade terrena como pertinentes a este grupo de afirmativas do Instrumento de Coleta de Dados usado, no que perpassa as questões de gerar consciência e mudar atitudes, comportamentos e valores garantindo um mundo melhor e evolutivo “comprometendo-se, dessa maneira, com a humanidade em escala planetária, e não mais apenas calcando suas ações no individualismo” (MASSIMINO E PAMPLONA, 2015, p.463).

De acordo com o apresentado até aqui pode-se compreender que os princípios de EDS só serão realmente aprendidos e articulados quando se instalar uma visão holística e sistêmica que evidencia as dinâmicas socioambientais para caminhos possíveis dentro de seus princípios.

Para Ferreira e Tostes (2015, p. 137): “Sem educação não há sustentabilidade global [...] a educação é fundamental para o desenvolvimento”. Segundo os autores, a mobilidade social se faz instrumento de quem tem acesso à educação, sendo assim óbvio que através dela se possa progredir, desenvolver e crescer economicamente.

Com investimentos em educação, frente à gravidade dos problemas ambientais é fundamental promover a EDS, “com forte componente ambiental, constituindo uma importante ferramenta para mudar a nossa forma de vida, origem da atual crise.” (FERREIRA; TOSTES, 2015, p. 137).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado mostra as percepções de duas amostras que convivem na Instituição de Ensino Superior, possibilitando que o tema Impactos Ambientais, fosse analisado no contexto da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, contemplando o conhecimento sobre questões socioambientais, bem como, as atividades antrópicas e exigem da esfera pública estratégias e pesquisas científicas que atendam a população, e contemplem o compromisso com as políticas determinadas para estes fins.

Notou-se a concordância da amostra para com o contexto investigado, ficando claro que a afirmativa sobre as ações do homem como responsável pelo descontrole da crise ambiental não deixou a amostra confortável, pois, as opiniões explicitadas, mostram que os impactos ambientais possuem diversas origens apresentadas pelos dois segmentos da amostra.

Ficou claro, diante desta investigação, que os respondentes compreendem a importância de ter estes conhecimentos em suas vivências, pois, observando as falhas nestes conhecimentos, estão abertos para suprir esta questão em busca de um futuro sustentável, desde que compreendam onde estas novas atitudes e conceitos os levarão.

Torna-se significativo para os investigados que a melhoria da qualidade de vida poderá ser constante, visto que amplia o conceito de cidadania fazendo com que este indivíduo tenha capacidade crítica de agir conforme uma nova ordem ambiental, bem como cobrar das esferas responsáveis sua eficácia.

No atual momento, a sociedade encontra-se com uma infinidade de construções teóricas e informacionais que urgem de práxis para serem efetivas. A globalização como cultura e a urgência de comportamentos locais acabam sendo o paradoxo que impede a atenção e a relação saudável dos indivíduos para com o ambiente. Principalmente se este ambiente é uma grande metrópole, posto que o distanciamento da população-natureza acaba influenciando no comportamento habitual destes indivíduos.

A dinâmica deve aproximar estas duas dimensões: a realidade cotidiana dos indivíduos e os comportamentos que possibilitarão um futuro qualitativo em termos de ambiente de acordo com cada realidade estudada.

Finalizando em relação aos Impactos Ambientais, deve-se observar que quanto maior é a exploração do meio ambiente, maior é a marca deixada no planeta. A degradação ambiental causada pelo uso excessivo dos recursos naturais deixa rastros dessa humanidade que se vê desconectada da natureza.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. *Desenvolvimento regional, capital social e democracia local*. 2015.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 12, n. 3, edição especial, maio/jun. 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

DENKER, A. F. M. *Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação*. São Paulo: Futura, 2001.

DINIZ, Célia Regina. *Metodologia científica*. Campina Grande, PB; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, mar. 2003.

LAYRARGUES, P. P. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 9 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

MASSIMINO, Daniel de Mello; PAMPLONA, Danielle Anne. “Saberes” de Morin na Educação Jurídica: Caminhos à Educação para o Desenvolvimento Sustentável. *Opción*, año 31, nesp 3, p. 446-469, 2015.

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, Marcos. *Educação ambiental: utopia e práxis*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Angeli Dias dos; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. (orgs.). *Estudos contemporâneos de hermenêutica constitucional*. Birigui, SP: Boreal, 2012.

SOUZA, Marcos Gouvea de. *Metaconsumidor*. São Paulo: GSM&D, 2010.

UNESCO. *Conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento*. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.



FERNANDES, A. C. et al. Percepções sobre impactos ambientais numa população com origem...

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, jun. 2013.